



## Resenha

### Origem, difusão e estabilidade da gramática tradicional: a proposta de Vieira a partir de uma perspectiva crítica

#### Origin, diffusion and stability of Traditional Grammar: the proposal of Vieira from a critical perspective

Lucielma de Oliveira BATISTA\*

A constituição, a difusão e a permanência da gramática tradicional (GT) na cultura linguística ocidental é tema de discussão do professor Francisco Eduardo Vieira na obra *A gramática tradicional: história crítica*, publicada pela Editora Parábola Editorial, em 2018. A partir de um viés crítico (próprio do fazer historiográfico), a gramática tradicional é enquadrada como uma doutrina que teve início há mais de dois mil anos e que, apesar das (fundadas) críticas às inconsistências e inadequações teóricas, metodológicas, terminológicas e conceituais (acrescente-se ideológicas), se manteve no processo de gramatização da língua portuguesa e continua presente no espaço escolar e nas tradições de pesquisa da Linguística contemporânea através da naturalização terminológica de seus objetos teóricos.

A partir de uma visão bem singular, o estudioso mobiliza o conceito de *paradigma tradicional de gramatização (PTG)*, desenvolvido em sua tese de doutorado (VIEIRA, 2015), como o *grande mentor teórico-metodológico e socioideológico*, compreendido como uma espécie de fio condutor ou *feixe de traços compartilhados*, para se referir ao saber que se constituiu como “gramática” desde o universo greco-latino à

---

\* Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0617-826X>. [lucielmaobmm@gmail.com](mailto:lucielmaobmm@gmail.com)

atual produção gramaticográfica. A obra lança luz para continuidades, descontinuidades, intersecções e deslocamentos desse conhecimento gramatical a partir da articulação de duas frentes operacionais: i) a primeira que situa a constituição desse saber milenar no contexto dos estudos linguísticos e ii) a segunda que apresenta um panorama crítico da produção gramaticográfica no espaço luso-brasileiro.

A orientação teórico-metodológica da Historiografia da Linguística se manifesta em toda construção argumentativa, perceptível no substrato do texto, o que acrescenta ao trabalho uma apurada reflexão epistemológica acerca da constituição do saber gramatical, além de um refinado rigor analítico – dada a seleção, reconstrução e interpretação de elementos a partir i) do cenário contextual sociopolítico-ideológico; ii) da apresentação e reflexões imanentes à terminologia, obras e aspectos tratados, assim como a partir iii) de aproximações dos objetos analisados, à época, em relação a categorias gramaticais conhecidas atualmente – configurando um produtivo diálogo com os princípios da *contextualização*, *imanência* e *adequação*, propostos por Koerner (1996).

Fruto expandido da pesquisa de doutorado do autor (VIEIRA, 2015), o livro *A gramática tradicional: história crítica* é um completo curso da história da gramática tradicional, em sua versão reflexiva, imprescindível a i) estudantes e professores da área de Letras e áreas afins (da graduação e da pós-graduação); ii) professores da educação básica; assim como a iii) todos aqueles que se interessam ou se relacionam com a normatização linguística e/ou ensino de língua portuguesa.

Sobre o autor, Francisco Eduardo Vieira da Silva é Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco e professor de Língua e Linguística na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – lotado no Departamento de Linguística e Língua Portuguesa (DLPL). O professor atua na graduação, no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB) e no Mestrado profissional em Linguística e Ensino (MPLE/UFPB), vínculos a partir dos quais tem orientado

pesquisas de mestrado e de doutorado. Eduardo Vieira é líder do grupo de Pesquisa *Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas* (HGEL – UFPB/CNPq) e autor de outras relevantes obras como a Coleção *Escrever na Universidade*, em coautoria com o professor Carlos Alberto Faraco (UFPR) – conjunto de cinco volumes –, além da organização do livro *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores* – também em coautoria com o professor Faraco.

O livro reconstrói um panorama de informações e reflexões, cuja organização acontece em nove capítulos distribuídos em 255 páginas, um índice onomástico e um prefácio assinado pelo professor Carlos Alberto Faraco – que avalia positivamente a obra ao enfatizar a riqueza de informações, a argumentação consistente e a leitura indispensável e prazerosa. Não se pode deixar de notar i) a originalidade na apreensão e na descrição de fenômenos – a exemplo da apreensão do fenômeno do *paradigma tradicional de gramatização* para se referir ao grande mentor epistemológico e procedimental prescritivo-normativo de reflexão sobre a linguagem humana, iniciado na Grécia e presente nas gramáticas da contemporaneidade (tese defendida); ii) a síntese precisa nos títulos e subtítulos; iii) a riqueza de quadros, tabelas e recursos visuais que espelham, exemplificam e/ou completam as relações estabelecidas discursivamente. Saltam aos olhos ainda iv) a construção de um percurso narrativo-argumentativo, explicativo e claro; v) o contínuo diálogo estabelecido entre os capítulos e, sobretudo, vi) a coerente costura textual-discursiva a favor da sustentação dos traços constitutivos do *PTG*. Não se pode deixar de notar ii) a linguagem agradável e fluida (sem ser simplista) e o rigor empreendidos na obra.

No **primeiro capítulo**, intitulado *A doutrina gramatical na história dos estudos linguísticos ocidentais*, é realizada uma incursão na história dos estudos ocidentais a partir da discussão das diferentes representações destes, da apresentação das bases filosóficas grega e do aproveitamento Alexandrino da base categorial e conceitual clássica – portanto, fundador do *PTG* ao inaugurar um modelo prescritivista de

conservação do padrão ideal clássico. Ao situar a doutrina gramatical tradicional dentro de um percurso historiográfico dos estudos linguísticos, Vieira propõe a *perspectiva de ramificação e das mútuas influências entre os campos teórico e doutrinário*, em oposição a duas outras perspectivas já circundantes, quais sejam, i) a *perspectiva do desdobramento linear* (ROBINS, 1979) que compreende a construção dos conhecimentos linguístico-gramaticais de forma cumulativa a partir de uma linha ininterrupta de “roteirização” e ii) a *oposição dos campos teóricos* (FRANCHI 1991; BAGNO, 2009), que se situa a partir da oposição entre *campo teórico vs. campo doutrinário*, referindo-se, respectivamente, a) ao campo de reflexão sobre a linguagem a partir da elaboração de princípios explicativos da língua, de origem grega e b) à preocupação com o bom uso da língua a partir da prescrição, de origem latina. A proposta de Vieira (2018) vai de encontro às perspectivas linear e dual, acima apontadas, ao defender a que existência de um diálogo constitutivo com interseções entre as tendências filosófica e doutrinária na constituição do conhecimento linguístico gramatical (a despeito da distinção dos seus objetivos), desde a filosofia antiga à linguística contemporânea.

O tratamento das bases filosóficas da GT é apresentado a partir i) da discussão das controvérsias gregas, com foco na existência de uma relação natural ou convencional (*natureza vs. convenção*) entre as palavras e seus significados, assim como sobre as regularidades e irregularidades (*analogia vs. anomalia*) da língua grega entre forma e sentido; e ii) das primeiras teorizações sobre a linguagem, embora com propósitos filosóficos. O autor mostra que a linguagem passa a ser ordenada no século III a.C. com os estoicos, ainda a serviço da filosofia, porém com tratamento separado dentro dos estudos filosóficos – ocasião na qual a língua é considerada expressão do pensamento e dos sentimentos e é descrita pelos discípulos de Zenão de Cícero a partir da “pronúncia, etimologia e da gramática”. Vieira detalha que é dos filósofos clássicos a herança terminológica das *partes do discurso* (gregos) ou *partes de oração* (latinos) – atual “classes de palavras”; a distinção entre *ónoma* (nome) e *Rhêma* (verbo), por Platão,

no século V a.C.; a inclusão, por Aristóteles, da classe *Syndesmos* (correspondendo à conjunção, ao artigo, ao pronome e provavelmente à preposição – além de acrescentar tantas outras categorias gramaticais tratadas na contemporaneidade como *sinônimo*, *parônimo*, *homônimo*, *predicação*, *gênero e espécie*, *número*, *caso*, *modo*, *tipo*, *forma* e *voz verbal*); além da apresentação das contribuições dos estoicos a partir da continuidade e “refinamento” das classes de palavras. Vieira defende que, apesar das fragilidades das divisões e do fato da motivação para o estudo gramatical ser a lógica clássica, é inegável e reconhecível a contribuição do aparato categorial clássico uma vez que este fornece a fundamentação lógica e terminológica que permitiu a metalinguagem técnica para a descrição e análise da língua grega, constituindo o que Borges Neto (2013) denomina de “objeto teórico” (fenômeno linguístico filtrado pela gramática tradicional) em oposição ao que virá a denominar-se, mais tarde, de “objeto observacional” (conjunto de fenômenos que uma teoria recorta para si a partir do aproveitamento dos fenômenos linguísticos filtrados da antiguidade greco-latina). Merece destaque a percepção da heterogeneidade linguística já apontada nos primórdios da tradição gramatical, aspecto que é retomado em outros momentos da obra a partir de diferentes gramáticos distantes espaço-temporalmente.

**No capítulo dois**, intitulado *O legado Alexandrino da doutrina gramatical*, discute-se a instauração do PTG pelos alexandrinos, notadamente, a partir da inauguração da ideologia de correção linguística que concebeu à língua pregressa de prosadores e poetas clássicos da literatura grega como modelo de língua “correta de bem falar e escrever”. Decorre dessa ideologia de correção linguística a percepção da mutabilidade das línguas naturais e o estabelecendo de juízo de valor negativo aos dialetos gregos da época, denominados “barbarismos”. Dois equívocos são apontados pelo autor a partir da vontade de aproximação da língua escrita literária pregressa usada em Atenas, no século V e VI a.C., à língua falada na Alexandria, no século III a.C., quais sejam: i) a distorção entre a modalidade falada e a modalidade escrita e ii)

a visão negativa acerca da mudança linguística. O percurso narrativo da obra perpassa a exposição do modelo de correção linguística; explora a contextualização política e cultural que conduziu a base filosófica grega clássica aos alexandrinos; atravessa o aproveitamento alexandrino do arcabouço teórico conceitual clássico e desagua na descrição e reflexão da *Tékhne Grammatikē*, de Dionísio Trácio – incluindo o seu papel pedagógico. Os alexandrinos difundiram a cultura grega no Império Romano, incorporaram a visão filosófica clássica e instauraram o primeiro modelo normativo-prescritivista, inaugurando, assim, o PTG. A fascinação de Alexandre Magno pela cultura helenística foi fator importante na difusão do ideal linguístico-cultural helenístico na região oriental do Império Romano. O autor explica que os alexandrinos catalogaram e reconstruíram por meio de um trabalho analógico-filológico as obras de autores gregos clássicos. A descrição e os comentários a aspectos fonéticos, ortográficos, morfológicos, sintáticos e estilísticos dão origem à descrição do primeiro sistema gramatical do grego homérico, a *Tékhne Grammatikē*, “arte de escrever”, atribuída a Dionísio Trácio (170-90 a. C.). Vieira evidencia ainda: i) a perspectiva helenocêntrica da obra; ii) a abordagem autônoma da frase (*lógos*) e da palavra (*léxis*), assim como iii) a autossuficiência da frase como objeto de análise gramatical. São postos em relevo ainda a diversidade *assistemática*, reenquadramentos e encaixes de critérios usados para a classificação das classes de palavras; o uso dessas categorias como “objetos observacionais”, além de informar a obra de Apolônio Dísculo, século II d. C., como primeira a tratar da teoria sintática (*noção de sujeito, objeto, regência, constituintes imediatos*). Importa mencionar ainda dois aspectos postos em relevo: i) o papel pedagógico da *Tékhne Grammatikē* como manual piloto influenciador na tradição escolar vindoura (possuía indícios didático-pedagógico como categorização, estrutura pergunta-resposta) e ii) a coincidência do reconhecimento da variação linguística junto ao nascimento da doutrina gramatical tradicional.

No **capítulo três**, *Gramáticas latinas: consolidação e difusão da tradição Alexandrina*, é abordada a incorporação da cultura gramatical grega por gramáticos latinos no período romano (após incorporação da Grécia a domínio romano) e medieval, do séculos I ao XV d.C., a partir da observação da unidade ideológica, terminológica e metodológica entre as culturas grega e romana que transformou a *'tékhne'* grega na denominada *'ars'* romana. Vieira advoga que, embora tenha havido grande aproveitamento da gramática grega pelos romanos, não se pode encobrir a contribuição destes para a formação do pensamento linguístico-gramatical greco-romano. Três gramáticas latinas são exploradas em minúcias: i) a gramática de *Lingua Latina* de autoria de Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.), precursora do PTG no universo latino pela prescrição e proibição de alguns usos e responsável pela distinção flexão - derivação; ii) a *Ars Grammatica*, de Élio Donato (310-363 d.C.), amplamente usada na Idade Média, tendo servido de modelo para as primeiras gramáticas vernaculares da Europa e inaugurado a estrutura de topicalização, diálogos, agrupamento de fatos anômalos e evocação das partes da oração para o início da obra e iii) a *Institutiones Grammaticae* de Prisciano de Cesareia (século VI d. C.), com luz à síntese da tradição greco-romana e ao recorte metodológico da frase descontextualizada como unidade de análise gramatical. Vieira explica que, durante a Idade Média, o latim continua como língua de erudição num movimento de preservação linguística e forte aceitação das sistematizações de Donato e Prisciano. Gramáticas medievais são abordadas, como as de autoria de Isidoro de Servilha (560-636) e Alexandre de Villedieu (séc. XII) – sendo a primeira com maior alcance e prestígio. Atentando para o cenário educacional, o autor apresenta as principais obras circundantes nessa esfera (*Tékhne Grammatikē*, *Institutio* de Dionísio Trácio, *Oratória* de Quintiliano (século I d. C), ao lado das gramáticas de Donato e Prisciano). Vieira chama atenção, ainda, à semelhança metodológica latina com os métodos gregos (e

tradicionais) de atividades de memória, assim como discute a contribuição dos modistas na análise descontextualizada da sentença.

Em *Gramatização das línguas europeias modernas*, **capítulo quatro**, discute-se o movimento de gramatização dos vernáculos nacionais europeus, no Renascimento, a partir do aproveitamento do conjunto categorial e analítico único de base latina – já bem consolidado e difundido, ao final da Idade Média. À medida que o Latim perdia espaço para os falares românicos regionais europeus, esses vernáculos começaram a ser valorizados e normatizados (devido à necessidade política e identitária de unidade linguística). Vieira situa tal processo no contexto de “revolução tecnológica da gramatização”, proposto por Aurox, (1992), para se referir ao movimento histórico e epistemológico de gramatização massiva renascentista de filiação doutrinária greco-romana das línguas europeias (tendo o latim como “pano de fundo”), a partir da instrumentalização das línguas com a produção de dicionários e gramáticas. Discutindo a relativa equivalência entre gramáticas de diferentes línguas (alemão, inglês, espanhol, português, etc), Vieira justifica a ‘falsa ilusão’ da existência um paradigma universal de descrição das línguas face à “falsa” sensação de aceitação e de solidez do *PTG*. O autor evoca a noção de “Gramática Latina Estendida” de Aurox (1992) para explicar esse movimento caracterizado pela unificação teórica, homogeneidade conceitual e identidade metalinguística entre essas gramáticas de origem latina. Ainda na seara da produção gramaticográfica, Vieira defende a ideia de que gramatizar envolve a necessidade de homogeneizar e problematiza i) a possibilidade de se elaborar a gramática de uma língua face a assunção da heterogeneidade linguística, assim como ii) a forma que a variedade eleita para padronização pode ser tratada objetivamente, considerando a heterogeneidade das línguas.

No **capítulo cinco**, *Primeiros instrumentos de gramatização do português*, reflete-se acerca i) da gramaticografia luso-brasileira do português (de Portugal) a partir da



ascensão da língua românica à língua da administração do reino de Portugal, e dois séculos posteriores, no século XVI, à sua gramatização; como também se reflete ii) acerca dos propósitos pedagógicos do século XVII, em contexto nacional. Entre as preocupações dos gramáticos estavam o sentimento patriótico, a língua portuguesa como instrumento político e cultural e a aproximação da gramática portuguesa à latina. O autor informa o nascimento da gramática portuguesa relacionado, em muito, à consciência de uma identidade lusitana para se levar às terras conquistadas. Vieira dá destaque às gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), assim como às obras de ortógrafos como Pero de Magalhães de Gândavo (1540-1579) e Duarte Nunes de Leão (1530-1608), comprometidas com a *codificação, normatização e dignificação* da língua portuguesa. A obra de Fernão de Oliveira (1536), primeira gramática portuguesa, é apresentada como diferente por estabelecer uma terminologia razoavelmente original, por descrever a fala dos portugueses cultos (pelas lentes latinas), como também por sugerir a existência da variação linguística regional, social e histórica. O autor argumenta que a obra de João de Barros (1540) inaugurou um modelo de diálogo, de caráter mais didático, (motivo pelo qual ganhou trânsito pedagógico, tendo circulado nas tutorias das casas senhoriais), assim como a chamada “latinização do português” – empréstimos e incorporação de expressões e construções sintáticas do latim. O autor explora a produção gramatical do século XVII, com foco nos propósitos pedagógicos, de a) Amaro de Roboredo (1580/85-1653) – responsável por inserir a sintaxe na análise gramatical ao propor o contexto sentencial, por elaborar um manual de ensino e defender a tese de que seria possível ensinar o latim a partir da língua materna (as sentenças deveriam pertencer ao universo de experiência do aprendiz) e de b) Bento Teixeira (1605-1681), inaugurador da primeira gramática para estrangeiros. Destacam-se ainda relevantes reflexões pedagógicas nacionais, como as bases metodológicas do ensino no Brasil (Companhia de Jesus e domesticação das línguas indígenas), a fundação de escolas no contexto nacional, a contribuição do

Padre Antônio Vieira (1608-1697) e a reflexão acerca da não descrição da realidade linguística do português brasileiro, à época.

No **capítulo seis**, intitulado *A orientação lógico-filosófica nas gramáticas do português*, se discute a relevância e a influência da gramática filosófica *Grammaire générale e raisonnée* conhecida como gramática de Port-Royal (1660), de autoria dos monges Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695). Tal gramática esteve situada na (re)inauguração de uma orientação lógica, racionalista e/ou universalista da produção gramaticográfica, em Portugal, no período compreendido entre o século XVIII e a primeira metade do século XX com fundamentação na articulação entre língua e razão (abandono dos casos latinos, estrutura da oração em *nome, cópula e atributo*). Vieira adverte a reinauguração das bases filosóficas, que já faziam parte da tradição gramatical ocidental, assim como da ideia de uma gramática universal, já levantada no século XIII. O autor apresenta, comenta e contextualiza, de forma pormenorizada, gramáticas subsequentes ao direcionamento lógico-filosófico de Port-Royal ao tempo que faz um percurso historiográfico-analítico dessa produção, com destaque para discussão de políticas linguísticas implementadas à época, reformas oficiais no ensino e metodologias pedagógicas empreendidas. São apresentadas as gramáticas de i) Jerônimo Contador de Argote (1675-1749), da qual vale destacar a abordagem da variação linguística diastrática, diacrônica e de registro, além da inclusão do conceito de *idiotismo* para as estruturas diferentes da latina e ii) a gramática de Antônio José dos Reis Lobato (1721-1804), primeira obra oficial para o ensino do reino de Portugal e desvinculada dos jesuítas – ambas de transição entre a gramática latina e a renovação lógico-filológica. Vieira faz uma minuciosa reflexão sobre as políticas educacionais no Brasil colonial enfatizando aspectos pedagógicos como reformas políticas e educacionais, a produção gramaticográfica – de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1736-1787), Pedro José da Fonseca (1737-1816), Jerônimo Barbosa (1737-1816), Frei Caneca (1779-1825), Filipe Benicio (1818-1878) e José de

Noronha (1824-1890) – além de advertir a inexistência de uma produção gramaticográfica que considerasse a realidade linguística nacional.

Essa realidade linguística do Brasil é tratada no **sétimo capítulo**, intitulado *Abordagem científica e gramatização brasileira*, cujo foco é a produção de gramáticas brasileiras escritas por brasileiros. Vieira aponta a mudança de concepção de gramática de arte para ciência e informa a permanência da *fonologia*, *morfologia* e *sintaxe* como a tríade que orientará a produção das gramáticas no século XX. Para ilustrar esse processo de mudança, o autor apresenta obras que inauguram o pensamento gramatical brasileiro, com destaque para a gramática de Júlio Ribeiro (1881), tomada como precursora do método cientificista histórico-comparativo (rompe com o método racionalista) e primeira a preocupar-se com a variedade brasileira do português, embora oscilando entre a chamada “aceitação evolutiva” ao reconhecer usos distintos e a “restrição normativa” ao interditar usos brasileiros com julgamento de *erro vulgar*, *pecado*. O autor apresenta, ainda, as gramáticas de João Ribeiro (1860-1934), Maximiano Maciel (1866-1923) e Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920) apontando que, embora essas gramáticas tratassem sobre fatos da língua brasileira, a partir do ponto de vista de brasileiros, tinham como baliza terminológica e norma de referência o português europeu, continuando a tradição iniciada com o latim.

No **oitavo** capítulo, *Panorama da gramatização do português no século XX*, é apresentado um refinado apanhado da produção gramatical do século XX (e início do século XXI), em uma robusta unidade, com ênfase para a reflexão acerca da manutenção epistemológica da tradição normativa em momento anterior e posterior à recomendação da *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB), a partir do perfilamento de obras da época. O autor aponta e ilustra a diversidade terminológica e hierárquica existente antes da NGB (a partir das gramáticas de Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Mendes Fradique (1893-1944), Firmino Costa (1869-1939) e Said Ali (1861-1953). Na opinião do autor, a NGB passa a constituir-se como o direcionador organizacional e

terminológico da tradição gramatical, o que implicou alguns pontos negativos como o “aprisionamento terminológico” conduzindo à limitação da reflexão, crítica e debates gramaticais satisfatórios acerca das teorizações linguísticas. Vieira não deixa de discutir a forte e imediata presença da NGB na gramatização brasileira posterior como ditadora de um “modelo” de gramática. São analisadas em minudência as gramáticas dos autores Napoleão de Almeida, Rocha Lima, Arthur Tôrres, Gladstone de Melo, Domingos Cegalla, Cunha e Cintra, Evanildo Bechara, todas continuadoras de uma filiação greco-romana e a partir das quais o autor diagnostica haver uma continuidade da naturalização dos objetos teóricos da GT, transformados em objetos observacionais, assim como atenta para a dupla função assumida pelas gramáticas ao descrever e prescrever a língua. O autor aponta o deslocamento do papel do gramático daquele que produz conhecimentos sobre a língua para aquele que interpreta e comenta o saber institucionalizado oficialmente.

Por fim, no **nono capítulo**, *Paradigma tradicional de gramatização (PTG)*, é coroada a ideia defendida ao longo da obra de que as gramáticas (da antiguidade à contemporaneidade) foram modeladas a partir do *paradigma tradicional de gramatização* enquanto direcionador paradigmático próprio e unitário. O autor retoma, discute e adota a noção de paradigma científico de Thomas Kuhn (1998), partindo de uma reflexão epistemológica não positivista (desfazendo a dicotomia entre ciência e senso comum) e situando o conhecimento gramatical como legítimo (no sentido de científico) e passível a “rupturas epistemológicas”, com destaque para as atuais gramáticas dos linguistas. Estas são apontadas como exemplos de deslocamento teórico-metodológicos que, apesar de incorporarem traços de orientações diversas, mantêm, em muito, orientações da tradição, sobretudo no que se refere ao arcabouço teórico-terminológico. O autor chega a conclusões importantes como a defesa do conhecimento gramatical como estatuto teórico próprio e como um paradigma científico, assim como que as novas bases para a produção de gramática não

constituem, necessariamente, uma “revolução científica”, mas uma “revolução do fazer gramatical”. O ponto alto do capítulo é a apresentação dos traços constitutivos do paradigma tradicional de gramatização (compreendido como dogmas) que recobrem gramáticas greco-latinas desde Dionísio até as atuais gramáticas normativas e sua manutenção. Merecem destaque, por fim, dois pontos defendidos pelo autor em relação à discussão das gramáticas contemporâneas dos linguistas: i) embora se reconheça que estas empreenderam deslocamentos teórico-metodológicos a partir do reconhecimento da insuficiência de fundamentos teóricos e taxonômicos da GT, não os substituíram, assim naturalizando o aparato descritivo e taxonômico da tradição gramatical na descrição do português brasileiro e ii) o modelo destas gramáticas se afasta, em muito, de um modelo pedagógico, motivo que favorece a manutenção do modelo didático-pedagógico tradicional.

Parece-me desnecessário o pedido de desculpas do autor por possíveis imprecisões, incompreensões e lacunas, considerando a amplitude da proposta e a compreensão de que tratar de aspectos tão distantes no espaço e no tempo, inevitavelmente, exige escolhas e possíveis saltos. Por fim, resta-nos dizer que a reconstrução historiográfica empreendida na obra *A gramática tradicional: história crítica*, de Francisco Eduardo Vieira, propõe inovação ao seu campo teórico ao demonstrar a existência do *paradigma tradicional de gramatização*, constituindo o grande feixe de traços compartilhados na produção gramaticográfica luso-brasileira em movimentos de continuidades, descontinuidades, intersecções e deslocamentos desse conhecimento gramatical – ampliando de forma significativa as reflexões em torno do conhecimento gramatical e do ensino de língua portuguesa na contemporaneidade. O exaustivo trabalho credencia a produção como obra de referência na reconstrução crítica da gramática tradicional e é recomendada – já tendo sido citada em diversos trabalhos de pares e renomados estudiosos – dado o ineditismo, o fôlego, a precisão

das informações, o nível de discussões e reflexões empreendidas, a originalidade, e, sobretudo, a contribuição à área.

### Referências

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

BAGNO, M. **Gramática: passado, presente e futuro**. Curitiba: Aymar, 2009.

BORGES NETO. **A naturalização da gramática tradicional e seu uso protocolar**. Texto de conferência proferida no VIII Congresso da ABRALIN, Natal, RN, 02 fev 2013.

FRANCHI, C. Criatividade e gramática. *In: Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola, 2006 [1987]. p. 34-101. INL, 1979.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia Linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996. DOI <https://doi.org/10.18309/anp.v1i2.240>

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998[1962].

ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Brasília: INL, 1979.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização**. Tese de Doutorado (Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. 255 p.

Resenha recebida em: 30.06.2021

Resenha aprovada em: 17.12.2021